



# O que há de reducionismo no naturalismo biológico de Searle?

*To what extent is Searle's biological naturalism reductionist?*

**Tárik de Athayde Prata\***

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

---

## Resumo

O artigo tem como objetivo geral determinar se o naturalismo biológico é uma forma de fisicalismo ou de dualismo. Após uma exposição das semelhanças da teoria com o fisicalismo reducionista, é examinada a visão de Searle sobre a redução causal, e discutida uma maneira como sua concepção acerca das capacidades causais da consciência e do cérebro pode ser reformulada para não comprometê-lo com o reducionismo.

**Palavras-chave:** Searle. Problema mente-corpo. Reduccionismo.

---

\* TAP: Doutor em Filosofia, e-mail: tarikbilden@yahoo.de

---

## **Abstract**

*This paper has as its general goal to determine whether biological naturalism is a form of physicalism or dualism. After exposing the similarities between this theory and reductionist physicalism, Searle's view on causal reduction is examined, and we discuss how his conception concerning causal capacities of consciousness and of the brain can be reformulated so that they are not compromised with reductionism.*

**Keywords:** *Searle. Mind-body problem. Reductionism.*

---

## **Introdução<sup>1</sup>**

John Rogers Searle (1932-), professor da Universidade da Califórnia (Berkeley), é um dos filósofos mais influentes de nossa época (cf. GREWENDORF; MEGGLE, 2002, p. vii; SMITH, 2003, p. i), e ao longo dos últimos cinquenta anos procurou articular uma explicação abrangente de como diferentes aspectos da realidade humana (tais como consciência, intencionalidade, linguagem, sociabilidade, liberdade, etc.) se integram ao mundo tal como estudado pelas ciências da natureza (em especial a física, a química e a biologia) (cf. SEARLE, 2002a, p. 1 [IX-X])<sup>2</sup>. Nesse vasto empreendimento filosófico, a reflexão a respeito da natureza da mente e sua relação com o mundo físico desempenha um papel importante, já que os fenômenos mentais (em especial a consciência e a intencionalidade) são vistos por Searle como o fundamento da linguagem (cf. 1983, p. vii [VII]), da sociabilidade (cf. 1999, p. 121 [113]) e de quaisquer fenômenos humanos.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa "O naturalismo biológico de John Searle e o fisicalismo não-reduutivo", registrado no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>2</sup> O primeiro número é o da paginação na edição original. O número entre colchetes é o da paginação da tradução para o português, quando disponível. Nos casos onde não há número entre colchetes, a tradução da citação foi feita pelo autor do presente artigo.

---

Desde o seu surgimento, a proposta de John Searle para a solução do problema mente-corpo, o “naturalismo biológico” (cf. SEARLE, 1983, p. 264 [366], 1992, p. 1 [7]), tem recebido diversas críticas. Essa teoria concebe a conexão entre os fenômenos mentais conscientes e os fenômenos físicos por meio de dois tipos de relação: a relação *causal* e a relação de ser uma *propriedade sistêmica* (cf. SEARLE, 1994, p. 545, 2002a, p. 9 [4-5]). Fenômenos mentais seriam propriedades do sistema cerebral no nível macro, ao mesmo tempo em que seriam causados por processos cerebrais no nível micro, de modo que as características dos fenômenos mentais seriam *explicáveis* em termos neurobiológicos, e sua eficácia causal sobre o mundo físico estaria desprovida de qualquer aura de mistério (cf. 2002b, p. 61-2, 2004, p. 114).

Concebida dessa maneira (com base nos conceitos de *causação* e de *realização*), a proposta de Searle para a solução do problema mente-corpo parece ter a forma de um fisicalismo não-redutivo (cf. CUNNINGHAM, 2000, p. 34; MASLIN, 2001, p. 175), de modo que ela seria um dualismo de propriedades moderado: os fenômenos mentais seriam propriedades com um modo de existência diferente do modo dos fenômenos *objetivos*, mas, ao mesmo tempo, eles não poderiam existir na ausência de propriedades objetivas subjacentes a eles<sup>3</sup>.

O fato é que a principal linha de crítica ao naturalismo biológico afirma que Searle, no fim das contas, não se mantém nos limites de um dualismo moderado, pois concebe a irreduzibilidade ontológica dos fenômenos mentais conscientes de uma maneira tão forte que acaba recaiando em um dualismo de propriedades radical. Diversos intérpretes apontam a afinidade da teoria de Searle com o projeto dualista (cf. STICH, 1987, p. 133; KEMMERLING, 1994, p. 438; HODGSON, 1994, p. 265; CHALMERS, 1996, p. 164; PRATA, 2012, p. 269), e essa queda no dualismo radical é o suficiente para levar o naturalismo biológico a diversas incoerências (cf. PRATA, 2011, p. 569-71).

---

<sup>3</sup> Searle não traça sua distinção ontológica entre o físico e o mental. Para ele, o mental é *físico*. O caso é que, na visão dele, propriedades físicas *subjetivas* (que se costuma designar como *mentais*) são causalmente dependentes de propriedades físicas *objetivas*.

Entretanto, não é essa linha de crítica à teoria de Searle que será discutida aqui. No presente trabalho, será discutido outro aspecto do naturalismo biológico, que tem sido bem menos considerado na literatura e que parece conduzir a teoria a uma incoerência bastante profunda. Trata-se do fato de que, apesar de defender enfaticamente a irreduzibilidade ontológica dos fenômenos subjetivos a quaisquer fenômenos objetivos (cf. SEARLE, 1992, p. 117 [170], 2004, p. 119), Searle mantém fortes vínculos com a perspectiva reducionista.

Ao mesmo tempo em que nega a redutibilidade ontológica da consciência aos processos cerebrais subjacentes, Searle afirma a sua redutibilidade causal a tais processos, e o problema é que, quando caracteriza a redutibilidade causal da consciência, ele faz afirmações como a seguinte:

As capacidades causais da consciência são exatamente as mesmas que as do substrato neuronal. Essa situação é exatamente como a das capacidades causais dos objetos sólidos e as capacidades causais de seus constituintes moleculares. *Nós não estamos falando sobre duas entidades diferentes, mas sim sobre o mesmo sistema em diferentes níveis* (2004, p. 127-128, grifo nosso).

Nessa passagem, é sugerida<sup>4</sup> a ideia de uma identidade das capacidades causais da consciência com as capacidades causais dos processos cerebrais subjacentes a ela, ideia que conduz Searle a uma afirmação de identidade entre as próprias entidades em questão (ou seja, a consciência e seu substrato neuronal): ambas seriam aspectos do mesmo sistema. Torna-se necessário, portanto, investigar não apenas a aproximação de Searle com o dualismo de propriedades (questão que abordei em outro trabalho — cf. PRATA, 2012), mas também com o reducionismo (mesmo que ambas as concepções sejam veementemente recusadas por ele).

Dentro do objetivo geral de situar o naturalismo biológico em relação (1) ao fisicalismo reducionista, (2) ao fisicalismo não redutivo

---

<sup>4</sup> Embora Searle não empregue na passagem o termo *identidade*, ao dizer que as capacidades causais são *exatamente as mesmas*, ele está sugerindo uma identidade dessas capacidades.

e (3) ao dualismo de propriedades, o presente trabalho procura mostrar que a teoria de Searle pode ser interpretada de uma forma que a afasta do reducionismo, o que torna mais inteligível a similaridade da teoria com o fisicalismo não redutivo (e, em última instância, sua sintonia com o dualismo de propriedades). Em outras palavras, o objetivo específico do trabalho é elucidar a relação do naturalismo biológico com o fisicalismo reducionista (explicitando as consequências reducionistas de sua concepção a respeito das capacidades causais da consciência), para mostrar que a aproximação da teoria com o reducionismo é fruto de certas imprecisões (a respeito das capacidades causais) que poderiam ser corrigidas com algum esforço (cf. PRATA, 2012, p. 256-7). Desse modo, a interpretação do naturalismo biológico como um dualismo de propriedades se torna mais plausível.

Para isso, será seguido o seguinte percurso: após uma exposição das semelhanças do naturalismo biológico com o fisicalismo reducionista, é feito um exame da noção de redução causal e, então, discutido em que medida a concepção de Searle acerca das capacidades causais poderia ser reformulada de um modo que não o comprometesse com o reducionismo.

## Semelhanças com o reducionismo

Apesar de sua grande influência na primeira metade do século XX, o reducionismo foi se tornando objeto de intensas críticas — inclusive entre os próprios filósofos analíticos (cf. FODOR, 1974; NAGEL, 1974) —, que contribuíram para a derrocada do positivismo lógico no cenário da filosofia contemporânea (cf. SEARLE, 1992, p. 112 [163]). O reducionismo parece implicar que todas as entidades descritas pelas outras ciências particulares (como química, biologia, ou mesmo psicologia e as ciências sociais) são *idênticas* às entidades descritas pela física (ou devem ser *eliminadas* como ilusões), mas tal identidade parece não

se sustentar diante de argumentos de *realização múltipla*<sup>5</sup>, segundo os quais os tipos de entidades descritos pelas outras ciências particulares não correspondem, de modo unívoco, aos tipos de entidades descritos pela física. Como afirmam Pereboom e Kornblith: “Não existem boas razões para se acreditar que iremos encontrar estruturas únicas subjazendo a crenças específicas, não apenas através de diferentes espécies, mas também entre diferentes indivíduos, e nos mesmos indivíduos através do tempo” (2004, p. 718).

Essa linha de argumentação levou ao desenvolvimento de uma perspectiva intermediária, uma perspectiva que, ao mesmo tempo em que procura manter o compromisso com alguma forma de fisicalismo, rejeita a ideia de redução. Trata-se do *fisicalismo não redutivo*, uma concepção segundo a qual os fenômenos mentais são parte do mundo físico, ainda que não possam ser reduzidos a (identificados com) propriedades físicas (tal como elas são descritas e explicadas pelas ciências naturais). Porém, uma vez que o fisicalismo não redutivo pode ser entendido como uma forma fraca de dualismo<sup>6</sup>, e uma vez que o foco deste artigo está na relação do naturalismo biológico com o fisicalismo reducionista, concentrar-se-á, a seguir, na similaridade da teoria de Searle com o reducionismo.

Há muito tempo, antes da publicação da primeira tentativa de Searle de expor sua teoria positiva sobre a consciência (no livro *A redescoberta da mente*, de 1992), alguns intérpretes enxergaram na concepção dele uma forma de fisicalismo redutivo. U. T. Place, um dos expoentes da teoria da identidade mente-cérebro desde os anos de 1950, afirmou que: “Atualmente, sempre que as redes de televisão do Reino Unido fazem uma reportagem sobre o problema mente-corpo, é virtualmente certo que será com um filósofo, tal como Dan Dennett ou John Searle, que apresenta a posição materialista” (PLACE, 1988, p. 208). Anos

<sup>5</sup> A atual popularidade do fisicalismo anti-reducionista é devida, em sua maior parte, à influência do argumento baseado na realização múltipla, originalmente desenvolvido por Hillary Putnam e reelaborado por Jerry Fodor” (KIM, 1993, p. 310). Para uma discussão mais ampla da noção de realização múltipla, cf. Pereboom e Kornblith (2004) — além do livro de Kim citado nesta nota.

<sup>6</sup> Suzanne Cunningham (2000, p. 34) comenta que algumas das afirmações de Searle “soam razoavelmente próximas da versão fraca de dualismo de propriedades (ou fisicalismo não-redutivo) que eu descrevi”.

depois, J. Schröder propôs a interpretação de que a teoria da mente defendida por Searle no livro *Mente, cérebro e ciência*, de 1984, era bastante similar à teoria da identidade tal como defendida por Herbert Feigl (cf. SCHRÖDER, 1992). No livro de 1984, de fato, há uma passagem na qual Searle não se mostra nem um pouco incomodado com o reducionismo:

Objetando contra o que foi dito, alguém poderá dizer que a liquidez, a solidez e assim por diante são idênticas às características da microestrutura. [...] Este pormenor parece-me correto, mas *não constitui realmente uma objeção à análise que estou propondo*. É uma característica do progresso da ciência que uma expressão que é originalmente definida em termos de características superficiais, acessíveis aos sentidos, seja subsequentemente definida em termos da microestrutura que causa essas características (1984, p. 21 [27], grifo nosso).

Nesse caso, Searle expressa a convicção de que propriedades sistêmicas (propriedades que só podem ser instanciadas por um sistema dotado da devida complexidade) podem ser identificadas com as propriedades e relações dos elementos constituintes do sistema, o que é justamente a perspectiva reducionista. Considerando que, nesse texto, ele está apresentando a relação entre propriedades sistêmicas comuns (como a solidez e a liquidez) e sua base microfísica como um modelo para se entender a relação mente-cérebro, essa passagem sugere que ele adotava uma perspectiva reducionista acerca da mente.

É bem verdade que, a partir do livro de 1992, Searle passou a recusar veementemente a ideia de uma redução ontológica da consciência (recusando a identificação das propriedades conscientes, subjetivas, com as propriedades objetivas do cérebro). Mas, mesmo assim, existem indícios nos textos de Searle, até hoje, que mostram uma afinidade com a perspectiva reducionista, coisa que, evidentemente, revelaria uma profunda incoerência na sua teoria, pois significaria que o naturalismo biológico defende, ao mesmo tempo, um antirreducionismo *radical*

(resultando em um dualismo de propriedades)<sup>7</sup> e um reducionismo a respeito das propriedades subjetivas da consciência<sup>8</sup>.

Mas para a devida compreensão dessa afinidade de Searle com o reducionismo, é necessário examinar a sua teoria da redução causal da consciência aos processos cerebrais que subjazem a ela.

## A redução causal

O fato de Searle enfatizar fortemente a *reduzibilidade causal* da consciência aos processos do cérebro — e conceber essa reduzibilidade como aquilo que exclui um dualismo ontológico entre propriedades subjetivas e objetivas (cf. SEARLE, 2002b, p. 61-62) — já é um indício de um *compromisso* de sua teoria da mente com o reducionismo, o que se mostra claramente no fato de ele considerar que, de modo geral, reduções causais conduzem a reduções ontológicas (cf. SEARLE, 1992, p. 115 [166]).

Se uma propriedade física comum, como a solidez de uma mesa, é causalmente redutível ao comportamento molecular em estruturas de agregados (que caracteriza as moléculas que compõem a mesa), isso permite, de acordo com o próprio Searle, que tal propriedade seja *ontologicamente reduzida* às propriedades dos elementos constituintes do sistema. Porém, para Searle, a consciência é uma exceção: sua redutibilidade causal não permite que ela seja ontologicamente reduzida. Mas se a relação entre a consciência e os processos cerebrais subjacentes a ela é o mesmo tipo de relação que permite, em geral, reduções ontológicas,

<sup>7</sup> “Os estados e processos mentais conscientes têm uma característica especial, *não encontrada em outros fenômenos naturais*, a saber, a subjetividade” (Searle, 1992, p. 93 [138], grifo nosso). “A consciência é portanto um aspecto do cérebro, o aspecto que consiste em experiências ontologicamente subjetivas” (2004, p. 128).

<sup>8</sup> “Causalmente falando, não há nada lá, exceto a neurobiologia, que tem a consciência como característica de nível superior. De modo semelhante, não há nada em um motor de carro exceto moléculas, que tem características de nível superior tais como a solidez do bloco de cilindros, a forma do pistão, as descargas da vela de ignição, etc. A palavra ‘consciência’ não nomeia um fenômeno distinto, separado, algo acima e além da sua base neurobiológica, mas nomeia apenas um estado em que o sistema neurobiológico pode estar” (Searle, 2002b, p. 60).

então a concepção de Searle a respeito da relação mente-cérebro tem, no mínimo, uma grande afinidade com a perspectiva reducionista.

Além disso, se a relação entre os fenômenos mentais conscientes e os processos que ocorrem no cérebro no micronível pertence ao tipo de relação que (na maioria dos casos) viabiliza uma redução ontológica, é extremamente intrigante que os fenômenos mentais conscientes não possam ser ontologicamente reduzidos (constituindo a única exceção).

A ênfase de Searle na irredutibilidade ontológica da consciência (aqui interpretada como uma afinidade com o dualismo de propriedades) torna muito estranho o apego dele à noção de redução, mesmo que não seja uma redução ontológica, mas apenas uma redução causal, pois, na maioria dos casos, elas ocorrem juntas. Em lugar de tentar justificar uma exceção (justificar que a redução causal da consciência não permite uma redução ontológica), ele deveria deixar o conceito de redução completamente de lado. O próprio fato de a redução causal da consciência ser a única exceção, a única incapaz de levar a uma redução ontológica, mostra que há algo profundamente confuso no cerne da teoria.

Em sua formulação da redução causal, Searle afirma que um fenômeno é causalmente redutível a outro se e somente se: (a) as características do fenômeno a ser reduzido forem *causalmente explicadas* em termos das características do fenômeno redutor; e (b) se o fenômeno a ser reduzido *não tiver capacidades causais em adição* às capacidades causais do fenômeno redutor (cf. SEARLE, 2004, p. 119).

É interessante notar que, na própria formulação da redução causal, a ambivalência do naturalismo biológico entre dualismo de propriedades e fisicalismo reducionista se faz presente, na medida em que: por um lado, a concepção de *explanação causal* oferecida por Searle (2002a, p. 49 [73]) é muito fraca, de modo que é uma concepção de explanação perfeitamente compatível com (e, na verdade, incapaz de excluir) o dualismo (cf. PRATA, 2009, p. 153-4); e, por outro lado, a concepção de que o fenômeno causalmente reduzido *não tem capacidades causais* além das capacidades do fenômeno redutor sugere um reducionismo — como será melhor explicitado a seguir. Searle declara que essas capacidades são “as mesmas” (2004, p. 127-128), mas isso, na

realidade, deixa muitas perguntas sem resposta, pois essa afirmação pode ser interpretada de, pelo menos, duas maneiras.

Por um lado, a afirmação de que as capacidades causais da consciência são exatamente as mesmas do substrato neuronal pode ser compreendida como uma asserção de *identidade* entre tais poderes. Por outro lado, a afirmação de que “a consciência não tem poderes causais por si mesma em adição aos poderes causais da neurobiologia subjacente” (2002b, p. 60; cf. 2004, p. 119) pode ser interpretada como uma afirmação de que a consciência é *epifenomênica*, isto é, desprovida de poderes causais.

Essa segunda possibilidade interpretativa é incompatível com a eficácia causal que Searle atribui resolutamente à consciência (2004, p. 114, 2007, p. 171), mas, sem sombra de dúvida, o naturalismo biológico dá fortes indícios de se comprometer com o epifenomenalismo (cf. CRANE, 1993, p. 319; CORCORAN, 2001, p. 317; NIDA-RÜMELIN, 2002, p. 217; PRATA, 2008, p. 22-3; PRATA, 2011, p. 571). E isso pode ser visto como mais um indício de que a teoria de Searle se aproxima de uma postura reducionista, pois a negação de capacidades causais à consciência pode ser entendida como um indicativo de que a consciência é ontologicamente dispensável, de que a única realidade (segundo uma visão de que a realidade de algo é medida por sua eficácia causal) é o substrato neuronal.

Já quando Searle (2004) sugere uma *identidade* das capacidades causais dos fenômenos envolvidos em uma redução, tem-se algo de extrema relevância para o problema aqui abordado, pois uma afirmação de identidade desse tipo (se fosse, de fato, efetuada) indicaria um explícito compromisso com a perspectiva reducionista. Assim, é indispensável examinar se não há uma maneira alternativa de compreender a relação entre as capacidades causais da consciência e do cérebro causais que afaste o naturalismo biológico do reducionismo.

É importante ressaltar mais uma vez que Searle não emprega a expressão *identidade das capacidades causais da consciência e do cérebro*. Conforme exposto anteriormente, ele se coloca de maneira ambígua, empregando expressões que ora sugerem o epifenomenalismo, ora sugerem a identidade. No fundo, essa ambiguidade (que revela uma

falta de clareza na teoria) abre margem para a tentativa de esclarecer a relação entre as capacidades causais (da consciência e do cérebro) de outro modo, que não se comprometa com a identidade das capacidades causais e não recaia no reducionismo.

### **Reformulando a concepção acerca das capacidades causais**

Uma afirmação de identidade entre as *capacidades causais* de uma propriedade sistêmica com as capacidades causais de processos no micronível sugere uma identidade entre *as próprias entidades* em questão (que são dotadas desses poderes causais), uma vez que a identidade das capacidades causais implica que a propriedade sistêmica (no macronível) só possui as capacidades causais que ela possui em virtude do fato de o sistema possuir a constituição microfísica que possui. É como dizer que o ar ao redor é capaz de manter nossa respiração (e manter em curso uma série de processos biológicos no corpo) porque ele é constituído, pelo menos em parte, por moléculas de O<sub>2</sub>. Nenhum outro tipo de molécula (até onde se sabe) teria esses poderes causais.

Esse pode ser o caso em diversas situações, nas quais uma interação causal específica seja dependente de propriedades microfísicas muito determinadas. Mas, em outras situações, é possível que muitas propriedades microfísicas diferentes sejam capazes de desempenhar um mesmo *papel causal*, e os argumentos de realização múltipla indicam, justamente, que esse é o caso dos fenômenos mentais. Sendo assim, quando diz que as capacidades causais da consciência e do cérebro são “as mesmas”, ou de que a consciência “não tem capacidades causais” além das capacidades causais do cérebro, Searle (2002b; 2004) se afasta do fisicalismo não redutivo e se aproxima do reducionismo.

Mas ao mesmo tempo em que concebe a consciência como propriedade sistêmica do cérebro, Searle também a concebe como *causada* pelos processos cerebrais no micronível, e a noção de causação como vínculo entre a consciência e a atividade cerebral possui uma *contingência* (cf. CHALMERS, 1996, p. 130) que é incompatível com uma

(suposta) identidade entre as propriedades subjetivas (consciência) e as propriedades objetivas subjacentes (processos cerebrais). Portanto, há um *descompasso* entre a visão de Searle sobre a relação consciência-cérebro (visão caracterizada por uma *flexibilidade* envolvida no conceito de causação) e as formulações dele a respeito da relação entre as capacidades causais da consciência e do cérebro (que sugerem epifenomenalismo e identidade), pois essas formulações sugerem uma relação mais *rígida*.

A flexibilidade envolvida no conceito de causação, além da ênfase na irreducibilidade ontológica da consciência, indica que Searle deveria formular a relação entre as capacidades causais da consciência e do cérebro *em outros termos*, que o aproximassem do fisicalismo não redutivo. Mas, embora Searle jamais tenha feito isso, não seria difícil reformular as teses do naturalismo biológico a respeito das capacidades causais (da consciência e do cérebro) de uma maneira que diferenciase nitidamente essa teoria do fisicalismo reducionista.

Dizer que a consciência “não tem capacidades causais” além daquelas da neurobiologia subjacente pode ser uma forma (infeliz) de indicar que as capacidades causais no macronível não existiriam sem as capacidades causais do micronível<sup>9</sup>, mas o fato de haver essa dependência das capacidades causais não significa que as capacidades no micronível (que “fazem o trabalho” da propriedade no macronível) não pudessem pertencer a processos físicos de tipo diferente.

Ao dizer que a consciência não tem capacidades causais além daquelas da atividade cerebral, Searle pode estar escolhendo uma forma desastrosa de dizer que as capacidades causais da consciência são *totalmente dependentes* das capacidades causais da atividade cerebral, de modo que aquilo que a consciência (como propriedade no macronível) pode causar *depende* daquilo que a atividade cerebral (como sequência de estados e eventos cerebrais no micronível) pode causar. Mas essa dependência não significa que o papel causal em tela não possa ser

<sup>9</sup> Tomando o exemplo de um gene, entidade que é tida como multiplamente realizável (ou seja, não identificável com uma única constituição física específica), Pereboom e Kornblith (2004, p. 714) afirmam: “Um gene em particular [*token gene*] tem os poderes causais que tem em virtude dos poderes causais das moléculas que o constituem; *seus poderes causais não surgem do nada*” (grifo nosso).

desempenhado por estados e eventos cerebrais de tipo diferente (de outra constituição física).

É interessante perceber que Searle realmente escreve que “O fato de que os poderes causais da consciência e os poderes causais de sua base neuronal são exatamente os mesmos mostra que não estamos falando de duas coisas *independentes*, a consciência e os processos neurais” (2004, p. 127, grifo nosso; cf. SEARLE, 2002b, p. 60). Nesse trecho, a “igualdade” das capacidades causais é lida como um indício de uma *dependência* entre os dois tipos de entidades (a consciência e a atividade cerebral), às quais Searle atribui modos de existência distintos: o modo subjetivo e o modo objetivo (cf. SEARLE, 1992, p. 117 [170]).

Infelizmente, logo depois de enunciar essa relação de dependência entre a consciência e o cérebro — em que o termo *dependência* deixa em aberto qual seria a *força* dessa relação —, Searle incorre em um posicionamento reducionista ao dar o exemplo dos poderes causais da *solidez*, uma propriedade física considerada ontologicamente redutível pelo próprio Searle (2004, p. 128).

Mas existem outras passagens nas quais ele expressa a *dependência* dos dois tipos ontológicos de fenômenos ao mesmo tempo em que ressalta a *diferença* entre eles, o que está mais de acordo com uma postura antirreducionista (como a que ele pretende defender):

Causalmente falando, não existem dois fenômenos independentes, o esforço consciente e as descargas neuronais inconscientes. Existe apenas o sistema cerebral, que tem um nível de descrição no qual descargas neuronais estão ocorrendo e outro nível de descrição, o nível do sistema, no qual o sistema é consciente e de fato tenta conscientemente erguer o braço (SEARLE, 2004, p. 210).

Porém, o recurso a fenômenos ontologicamente redutíveis para exemplificar o tipo de relação entre as capacidades causais da consciência e do cérebro não é *inevitável*. Além disso, a dependência entre as capacidades causais dos dois níveis pode ser concebida de uma maneira mais flexível, compatível com a irredutibilidade ontológica, que Searle tanto enfatiza.

Pensemos nos poderes causais de um fenômeno mental como a dor, que pode, por exemplo, causar um desejo de tomar um analgésico (cf. SEARLE, 1995, p. 219) — causação do mental para o mental — ou causar um comportamento corporal específico — causação do mental para o físico. Se a dor é multiplamente realizável, entre indivíduos de diferentes espécies (cf. PUTNAM, 2004, p. 165), ou entre indivíduos de uma mesma espécie, para não falar de um mesmo indivíduo em diferentes ocasiões (cf. PEREBOOM; KORNBLITH, 2004, p. 718), então a dor não é idêntica a um único tipo de processo cerebral (e Searle nega veementemente a identidade de tipos — cf. 1992, p. 117 [170], 2004, p. 125). Uma possibilidade seria a identidade de ocorrências<sup>10</sup> (como Searle parece pensar — cf. 2004, p. 125), mas também é possível *abrir mão do conceito de identidade* (que implica uma noção muito forte de necessidade) em favor de um conceito mais flexível.

Pereboom e Kornblith (2004) são da opinião de que, quando propriedades são mutuamente irreduzíveis, não há nem identidade de tipos nem identidade de ocorrências entre elas, assim como não há nenhuma forma de identidade entre suas capacidades causais (p. 714). Evidentemente, as capacidades causais do fenômeno em nível superior de complexidade não são independentes das capacidades no nível microfísico, mas, em lugar de dizer que essas capacidades causais são “as mesmas”, os autores escolhem dizer que as capacidades no nível superior são *constituídas* pelas capacidades causais microfísicas.

Partindo da ideia de *explicação constitucional* como uma “tentativa de dizer do que uma coisa é feita [*is made of*], especificar a sua constituição” (PEREBOOM; KORNBLITH, 2004, p. 712), eles sustentam que, no caso de fenômenos irreduzíveis, nenhuma explicação constitucional pode esclarecer os poderes causais desses fenômenos a partir de um único tipo de fenômeno microfísico, pois o fenômeno irreduzível pode ser constituído por microfenômenos de vários tipos diferentes.

<sup>10</sup> “Na filosofia da mente, a distinção entre tipo [*type*] e ocorrência [*token*] é empregada também a respeito de estados mentais. Se Hans deseja uma cerveja no tempo *t*, diz-se que Hans se encontra, em *t*, em uma ocorrência do tipo de estado de ‘desejar uma cerveja’” (BECKERMANN, 2001, p. 446).

Se a noção de identidade implica uma relação rígida entre o fenômeno macro e o fenômeno micro (água é idêntica a moléculas de  $H_2O$ , temperatura em gases é idêntica à energia cinética média das moléculas do gás — e é assim *necessariamente*, em todos os mundos possíveis), a noção de constituição expressa uma relação mais flexível (a ocorrência de dor  $d_1$ , do sujeito  $A$ , pode ser constituída pelo processo cerebral de tipo  $P$ , ao passo que a ocorrência de dor  $d_2$ , do sujeito  $B$ , pode ser constituída pelo processo cerebral de tipo  $P'$ ).

Assim como a relação entre os fenômenos é flexível, também é flexível a relação entre seus poderes causais, de modo que eles não podem ser identificados. Mas assim como eles não podem ser identificados como tipos, Pereboom e Kornblith argumentam que esses poderes causais não podem ser identificados como ocorrências.

Tomemos o exemplo da ocorrência de uma dor  $d_1$  do sujeito  $A$  no tempo  $t$  (por exemplo, a dor de João às 7h do dia 17 de agosto de 2015, quando ele tropeçou em uma pedra). Essa dor tem poderes causais de vários tipos, mas digamos que ela causa, no tempo  $t$ , um gemido do sujeito  $A$ . Chamemos de  $c_1$  a ocorrência de poder causal que causou aquele gemido particular. Uma vez que a dor  $d_1$  pode ser constituída por diversas ocorrências de processos cerebrais, a ocorrência de poder causal  $c_1$  não pode ser idêntica a nenhuma ocorrência particular de poder causal desses processos, pois mesmo se fosse constituída por *diferentes* processos cerebrais, a dor teria o *mesmo* poder causal.

Suponhamos que o poder causal  $c_1$  (de provocar aquele gemido) fosse idêntico ao poder causal (de provocar o gemido) pertencente às moléculas  $M_1$ , constituintes de certos neurônios do sujeito  $A$ . De acordo com Pereboom e Kornblith (2004), mesmo que, em uma situação contrafactual<sup>11</sup> esses neurônios fossem constituídos pelas moléculas  $M_2$  (pertencentes ao mesmo tipo que as moléculas  $M_1$ ), a dor  $d_1$  teria o

<sup>11</sup> “Suponha [...] que você ingeriu essas moléculas enquanto comia seu cereal favorito quando era bebê na manhã do seu primeiro aniversário. Suponha que a sua mãe tinha de escolher entre duas caixas desse cereal, de tipo idêntico, no dia anterior, e que ela escolheu a caixa da esquerda. Se ela, em lugar disso, tivesse escolhido a caixa da direita, você não teria essas específicas [token] moléculas  $M$  (embora você então fosse ter as moléculas  $M'$  do mesmo tipo), e porque você não teria essas moléculas, você também não teria as ocorrências de poder causal  $P$  dessas moléculas (embora você fosse ter um poder causal molecular do mesmo tipo)” (PEREBOOM; KORNBLITH, 2004, p. 714).

mesmo poder causal  $c_1$  no tempo  $t$  (provocar aquele gemido às 7h do dia 17 de agosto de 2015), o que significa que o poder causal  $c_1$  não é idêntico a nenhuma ocorrência particular de poder causal microfísico. Como não há identidade (nem de tipos nem de ocorrências), há uma dependência do poder causal  $c_1$  em relação aos poderes causais dos constituintes microfísicos (sejam quais forem esses constituintes).

Cabe, agora, refletir sobre essa situação nos termos do naturalismo biológico. Na visão de Searle, a dor  $d_1$ , no tempo  $t$ , é realizada no sistema cerebral e causada por uma ocorrência de processo cerebral  $p_1$ , que pode ser concebida como uma sequência articulada de mudanças de propriedades (cf. KIM, 1996, p. 6) na microestrutura de neurônios. Os poderes causais de  $d_1$ , na visão de Searle (cf. 2002b, p. 60, 2004, p. 127-128), são dependentes dos poderes causais de  $p_1$ , mas essa dependência não significa que se tenha de aceitar uma identidade de ocorrências, pois, como evidencia a argumentação de Pereboom e Kornblith, é claramente possível que, em lugar do processo cerebral  $p_1$ , houvesse outro processo cerebral  $p_2$ , que fosse outra ocorrência do mesmo tipo de processo cerebral  $P$  e que poderia desempenhar o mesmo papel causal (PEREBOOM; KORNBLITH, 2004, p. 714-715).

Não há obstáculo no naturalismo biológico para a ideia de que a dor  $d_1$ , causada, de fato, pela ocorrência de processo cerebral  $p_1$ , poderia ter sido causada por outra ocorrência de processo cerebral  $p_2$ . Numa tal circunstância, do mesmo modo como os poderes causais de  $d_1$  são dependentes dos poderes causais de  $p_1$ , eles também seriam dependentes dos poderes causais de  $p_2$ , e não há motivo para identificar os poderes causais da dor, nem com os poderes causais de  $p_1$ , nem com os poderes causais de  $p_2$ . Se adotasse uma concepção como essa a respeito das capacidades causais da consciência, Searle diferenciaria mais claramente o naturalismo biológico da perspectiva reducionista.

## Considerações finais

O naturalismo biológico, tal como formulado por Searle, é uma teoria profundamente confusa, porque, na tentativa de superar

o dualismo e o materialismo, o autor formulou suas teses básicas ora de uma forma que se inclina para o dualismo de propriedades, ora de uma forma que se inclina para o fisicalismo reducionista. O propósito último de Searle parece ser o de articular um dualismo fraco de propriedades, isto é, um *fisicalismo não redutivo*, que conjuga (a) uma diferença ontológica de propriedades subjetivas e propriedades objetivas com (b) uma dependência causal das propriedades subjetivas em relação às propriedades objetivas. Mas, em diversas passagens, suas formulações deslizam na direção das posições que pretendia superar, o que torna o naturalismo biológico uma opção (no mínimo) pouco atrativa.

Situar o naturalismo biológico entre essas posições no debate mente-corpo (fisicalismo reducionista, fisicalismo não redutivo ou dualismo de propriedades) é um grande problema para a interpretação da teoria de Searle. A proposta de fundo do presente trabalho é mostrar que, embora ele incorra em formulações reducionistas, não é tão difícil (com base em elementos presentes na teoria) formular o naturalismo biológico em termos que o tornariam menos confuso, mais afinado com o antirreducionismo que Searle professa.

Isso tornaria o naturalismo biológico um opção um pouco mais atraente no cenário do debate mente-corpo. Mas essa reformulação a respeito das capacidades causais não é capaz de resolver todos os problemas da teoria de Searle. Resta ainda o grande desafio de rearticular essa teoria de uma maneira que a afaste do dualismo de propriedades.

## Referências

BECKERMANN, A. *Analytische Einführung in die Philosophie des Geistes*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2001.

CHALMERS, D. *The conscious mind: in search of a fundamental theory*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

CORCORAN, K. The trouble with Searle's Biological Naturalism. *Erkenntnis*, n. 55, p. 307-324, 2001.

---

CRANE, T. Review on *The rediscovery of the mind*. *International Journal of Philosophical Studies*, v. 1, n. 2, p. 313-323, Sept. 1993.

CUNNINGHAM, S. *What is a mind? An integrative introduction to the Philosophy of Mind*. Indianápolis: Hackett Publishing, 2000.

FODOR, J. Special sciences: the desunity of science as working hypothesis. *Synthese*, n. 28, p. 120-133, 1974.

GREWENDORF, G.; MEGGLE, G. (Ed.). *Speech acts, mind and social reality: discussions with John R. Searle*. Dordrecht; Boston; London: Kluwer Academic Publishers, 2002.

HODGSON, D. Why Searle has not rediscovered the mind. *Journal of Consciousness Studies*, v. 1, n. 2, p. 264-74, 1994.

KEMMERLING, A. Von der Sprache zum Bewusstsein: John R. Searle löst sich vom analytischen Mainstream. *Merkur – deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*, v. 48, n. 5, p. 432-438, 1994.

KIM, J. *Supervenience and mind: selected philosophical essays*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.

KIM, J. *Philosophy of mind*. Oxford, Boulder: Westview Press, 1996.

MASLIN, K. T. *An introduction to the Philosophy of Mind*. Cambridge, UK: Polity Press, 2001. [*Filosofia da mente*. Porto Alegre: Artmed, 2009].

NAGEL, T. What is it like to be a bat. *Philosophical Review*, v. 83, n. 4, p. 435-450, 1974.

NIDA-RÜMELIN, M. Causal reduction, ontological reduction and first-person ontology. Notes on Searle's views about consciousness. In: GREWENDORF, G.; MEGGLE, G. (Org.), *Speech acts, mind and social reality: discussions with John R. Searle*. Dordrecht; Boston; London: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 205-221.

PEREBOOM, D.; KORNBLITH, H. The metaphysics of irreducibility. In: HEIL, J. *Philosophy of mind: a guide and anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 709-725.

---

PLACE, U. T. Thirty years on: is consciousness still a brain process? *Australasian Journal of Philosophy*, v. 2, n. 66, p. 208-219, 1988.

PRATA, T. A. “Dificuldades da concepção de John Searle sobre a redução da consciência: o problema das capacidades causais” In: *Princípios* vol. 15, nº 24, pp. 5-29, 2008.

PRATA, T. A. “Características e dificuldades do Naturalismo Biológico de John Searle” In: *Philosophos*, Vol. 14, Nº 1, pp. 141-73, 2009.

PRATA, T. A. “É incoerente a concepção de Searle sobre a consciência?” In: *Manuscrito*, Vol. 34, Nº 2, pp. 557-78, jul-dez 2011.

PRATA, T. A. “É o naturalismo biológico uma concepção fisicalista?” In: *Principia*, Vol. 16, Nº 2, pp. 255-276, 2012.

PUTNAM, H. Psychological predicates. In: HEIL, J. *Philosophy of mind: a guide and anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 158-167.

SCHRÖDER, J. Searles Auffassung des Verhältnisses Von Geist und Körper und ihre Beziehung zur Identitätstheorie. *Conceptus* XXVI, n. 66, p. 97-109, 1992.

SEARLE, J. R. *Intentionality: an essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1983. [*Intencionalidade*. São Paulo: M. Fontes, 1995].

SEARLE, J. R. *Minds, brains and science*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984. [*Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70, 1987].

SEARLE, J. R. *The rediscovery of the mind*. Cambridge, MA; London: MIT Press, 1992. [*A redescoberta da mente*. São Paulo: M. Fontes, 1997].

SEARLE, J. R. Searle, John. In: GUTTENPLAN, S. (Ed.) *A companion to the Philosophy of Mind*. Oxford; Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1994.

SEARLE, J. R. Consciousness, the brain and the Connection Principle: a reply. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 55, n. 1, p. 217-232, Mar. 1995.

SEARLE, J. R. *Mind, language and society: Philosophy in the real world*. New York: Basic Books, 1999. [*Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000].

SEARLE, J. R. *Consciousness and language*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002a. [*Consciência e linguagem*. São Paulo: M. Fontes, 2010].

SEARLE, J. R. Why I am not a property dualist. *Journal of Consciousness Studies*, v. 9, n. 12, p. 57-64, 2002b.

SEARLE, J. R. *Mind: a brief introduction*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2004.

SEARLE, J. R. Dualism revisited. *Journal of Physiology*, Paris, n. 101, p. 169-178, 2007.

SMITH, B. (Ed.). *John Searle*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

STICH, S. P. Review on *Minds, brains and science*. *The philosophical review*, n. 96, p. 129-133, 1987.

Recebido: 13/09/2015

Receveid: 09/13/2015

Aprovado: 22/10/2015

Approved: 10/22/2015